



Nestor Muller

ALDEIA

Os caciques vão entregar a Iris Rezende um dossiê com informações sobre a demarcação de suas terras

Índios do Estado vão se encontrar com ministro

Os caciques das cinco aldeias indígenas do Estado viajam no próximo domingo para Brasília, onde terão uma audiência com o Ministro da Justiça, Iris Rezende. Na audiência, que está marcada para a manhã do dia 15, os representantes das tribos entregarão ao ministro um dossiê contendo todas as etapas do processo de solicitação de demarcação dos atuais 4.500 ha indígenas para 13.579 ha. A audiência está prevista para acontecer no dia em que expira o prazo para que o Ministério se manifeste sobre a solicitação.

A revelação da visita foi feita na tarde de ontem pelo cacique da tribo tupiniquim de Caieiras Velha, José Luiz Ramos, durante uma visita do engenheiro florestal uruguaio Ricardo Carrere. Carrere chegou ao Estado na última quarta-feira, com o objetivo específico de conhecer a realidade das comunidades que sobrevivem no entorno das plantações de eucalipto e da empresa que produz a celulose no Estado, a Aracruz Celulose.

Segundo o cacique Ramos, a extensão dos 4.400 ha para 13.579 ha garantirá a sobrevivência cultural e de vida dos índios, com o desenvolvimento da agricultura. Na colheita do feijão, realizada no último mês, as cerca de 110 famílias indígenas colheram 1.600 sacas, equivalente a 96 toneladas.

Atualmente vivem nas cinco aldeias 1.474 nativos divididos nas aldeias Irajá (tupiniquim); Pau Brasil (tupiniquim); Comboios (tupiniquim); Caieiras Velha (tupiniquim) e Boa Esperança (guarani). A viagem dos índios está sendo providenciada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Eles viajarão de ônibus e o embarque está marcado para 2h30m de domingo.

LUTA – Os índios reivindicam a ampliação das terras desde 1993. Em julho deste ano, foi dada entrada no processo de demarcação, sendo que em agosto do ano seguinte a Funai montou uma equipe técnica para fazer a identificação antropológica da área reivindicada. O trabalho foi concluído em dezembro de 1995 e no dia 8 de janeiro de 1996 o Governo federal baixou o decreto 1.775, que garante a manifestação/contestação dos atuais ocupantes das terras.

Cumprindo o decreto, a empresa Aracruz Celulose – proprietária das terras – apresentou contestação. O Ministério da Justiça teria, a partir do dia 15 de junho, 30 dias para se manifestar. O prazo expira justamente no dia da audiência dos índios capixabas com o ministro Iris Rezende. O cacique Ramos está esperançoso. Ele acredita que sairá da audiência com uma posição oficial.

A assessoria jurídica da Aracruz Celulose informou ontem que a empresa, desde que se instalou no Espírito Santo, na década de 60, se pauta pelos princípios legais. Segundo o gerente jurídico da firma, José Luiz Braga, desde que a empresa se instalou no Estado, adquiriu terras de proprietários que possuíam o título de propriedade.

Ontem as aldeias indígenas receberam a visita do engenheiro florestal Ricardo Carrere, um uruguaio estudioso da produção de celulose. Carrere chegou ao Espírito Santo na última quarta-feira, devendo permanecer até sábado.